

ENTREVISTA

Cite como

(ABNT NBR 6023:2018)

TERÇARIOL, Adriana Aparecida de Lima; TEIXEIRA, Rosiley Aparecida. Educação como direito humano e social. Entrevistado: Maurício Pedro da Silva. *Dialogia*, São Paulo, n. 38, p. 1-5, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/n38.2021.20506>.

American Psychological Association (APA)

Terçariol, A. A. de L., & Teixeira, R. A. (2021, maio/ago.). Educação como direito humano e social. Entrevistado: Maurício Pedro da Silva. *Dialogia*, São Paulo, n. 38, p. 1-5. <https://doi.org/10.5585/n38.2021.20506>.

“Educação, Diversidade e Questões Étnico-Raciais”

Entrevistado: Maurício Pedro da Silva - Graduado em Letras pela Universidade de São Paulo; mestre e doutor em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, onde realizou estágio de pós-doutoramento. Atualmente, é professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Nove de Julho (UNINOVE), onde atua também como líder de pesquisa do grupo Literatura e Razões Literárias, certificado pelo CNPq. Atuou, entre outras atividades, como pesquisador da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (2012- 2013) e como pesquisador-residente da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (2016-2017). Autor de livros e artigos diversos, publicados no Brasil e no exterior.

Dialogia: Poderia falar um pouco a respeito de seu percurso acadêmico e, sobretudo, profissional?

Maurício Pedro da Silva: Construí praticamente toda minha carreira acadêmica na Universidade de São Paulo (USP), da graduação ao pós-doutoramento. Tive algumas passagens por outras faculdades e universidades, como estudante e como pesquisador, mas apenas esporadicamente. Foi na USP que me descobri como pesquisador e como professor, participando de grupos de pesquisa, atividades acadêmicas, recebendo bolsa de estudo etc. Embora tenha atuado, basicamente, no curso de Letras, sempre tive muita curiosidade com temas correlatos, motivo pelo qual transitei por cursos na História, na Filosofia, na Educação, na Sociologia etc. Profissionalmente, descobri-me professor desde muito cedo, ainda na graduação, tendo ministrado aulas no ensino público e privado, em praticamente todos os graus de formação, do ensino fundamental ao superior, passando ainda por cursinhos e supletivos. Acredito que esta experiência tenha me dado uma boa visão da Educação e seus desafios.

Dialogia: Qual o seu entendimento e descobertas, enquanto pesquisador, a respeito do tema “Educação, Diversidade e Questões Étnico-Raciais”?

Maurício Pedro da Silva: Do ponto de vista pessoal, meu contato com as questões étnico-raciais deu-se muito cedo, por eu ter passado boa parte de minha infância e juventude em bairros periféricos da cidade de São Paulo, onde as práticas de racismo e discriminação são bastante frequentes. E, embora eu não seja negro (nem provenha de alguma minoria étnico-racial), acabei

Maurício Pedro da Silva

convivendo com situações cotidianas de discriminação e racismo que se davam no meu entorno, entre pessoas de minha convivência. Contudo, só atentei de fato para esse problema quando entrei na universidade e comecei a estudar o tema mais a fundo. Aí me descobri como pesquisador interessado no assunto e, desde então, nunca mais abandonei o tema. Para se ter uma ideia, o primeiro autor da literatura brasileira com quem me encantei, ainda na graduação – e que, depois, tornou-se meu objeto de Mestrado –, foi Lima Barreto, escritor em que a questão racial é uma das mais relevantes, sobretudo por ter sido um dos primeiros autores a abordar o assunto, em seus romances, sob a perspectiva de quem sentiu, na própria pele, a opressão de uma sociedade racista como é a brasileira. A partir daí pude transitar por outras áreas, sempre tendo o tema das questões étnico-raciais como centro de minhas preocupações, e a área em que melhor pude desenvolver minhas pesquisas foi a da Educação. Ali encontrei um amplo campo de possibilidades em termos de pesquisa e de relativa militância – não como alguém que tivesse legitimidade étnico-racial para tratar do assunto, como sugeri antes –, mas como um simpatizante e apoiador da “causa”. Assim, faço de minha atividade acadêmica uma prática cotidiana contra o racismo e a discriminação, o que pode ser realizado de vários modos. Para dar apenas um exemplo, formulei cursos de literatura africana de expressão portuguesa – uma das portas de entrada para se discutir o papel do negro na sociedade de classes – em várias faculdades e universidades por que passei, tanto na graduação quanto na pós-graduação, inclusive na Universidade Nove de Julho, onde estou atualmente. Além disso, fundei grupos de estudo sobre o tema, orientei Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações de Mestrado, teses de Doutorado etc., sempre buscando trabalhar esse tema. É uma das maneiras que encontrei para poder vincular Educação e questões étnico-raciais. Outra forma que considero importante, e que tenho procurado exercitar com frequência, é incorporar à universidade o alunado negro, que precisa ter sua voz ouvida e sua visão de mundo, que é uma visão legitimada por sua condição étnico-racial, compartilhada pelo mundo acadêmico.

Dialogia: Que avanços são sinalizados por pesquisas e/ou diretrizes nacionais e internacionais que mereceriam um destaque e maior visibilidade?

Maurício Pedro da Silva: O tema das relações étnico-raciais é abrangente em todo o mundo. Faz parte de nossa tradição ocidental e moderna. Nasce, sobretudo, com a Modernidade e tem um desenvolvimento exponencial nos séculos subsequentes. Hoje não se tem mais dúvida de que o racismo – um dos conceitos mais salientes neste universo – é resultado direto do modo como as relações sociais, econômicas e culturais foram forjadas a partir da expansão ultramarina e do conseqüente imperialismo europeu. Esse é, portanto, um tema da maior complexidade, como muitos caminhos a serem percorridos... Atualmente, tem-se avançado muito nas pesquisas sobre práticas racistas e resistências de toda ordem, mas também sobre conceitos não muito abordados na academia até há pouco tempo, como os conceitos de branquitude, ações afirmativas, afrocentricidade, Educação antirracista, raciolinguística etc. Além disso, verifica-se uma eclosão de estudos interseccionais, em que a ideia de “raça” surge numa confluência – em geral bastante tencionada – com as categorias de gênero, classe social, orientação sexual etc. Pode-se dizer que, em especial no Brasil, a discussão tem avançado, ainda que lentamente, inclusive por meio da aprovação de leis que procuram reparar erros históricos contra a comunidade negra e afrodescendente, como as leis 12.711/12 (conhecida como lei de cotas), 10.639/03 (diretamente vinculada à Educação), 12.288/10 (que institui o Estatuto da Igualdade Racial, responsável, entre outras coisas, pelas ações afirmativas), 7.716/1989 (que criminaliza atos de racismo) e outras.

Maurício Pedro da Silva

Dialogia: Qual o papel das instituições educacionais diante da necessidade de reflexões e práticas pedagógicas voltadas ao respeito à diversidade e às questões étnico-raciais? Quais as principais ações ou encaminhamentos a serem desenvolvidos?

Maurício Pedro da Silva: Eu costumo dizer que quem combate a discriminação é a lei, mas quem combate o racismo é a escola. As instituições educacionais têm, a meu ver, responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em especial uma sociedade não racista e antirracista. E isso deve começar já na Educação Infantil, onde alimentamos o mito de que não existe racismo e discriminação por estarmos lidando com a primeira infância. A escola, portanto, desempenha papel primordial no combate a uma série de situações que faz da sociedade brasileira uma das mais violentas e discriminatórias de todo o mundo, apesar de ser, também, uma das mais diversas, do ponto de vista étnico-racial. Por isso, as práticas pedagógicas devem estar sempre voltadas para o respeito à diversidade, para o combate à discriminação, para a construção de uma sociedade igualitária, do ponto de vista étnico-racial, para a conscientização contra o racismo. Em todos os níveis formativos, em todas as “disciplinas” escolares e em todas as instâncias da Educação. Para combater o racismo estrutural, tal como ele se apresenta em nossa sociedade, é necessário adotarmos uma conduta igualmente “estrutural”, em que a Educação esteja integralmente – o que não quer dizer exclusivamente, é óbvio! – comprometida com esses ideais. Do ponto de vista prático, portanto, esse deve ser um tema presente nos currículos escolares, nas práticas docentes, na composição étnica do professorado e do alunado, da organização do espaço escolar, nos dispositivos administrativos das instituições educativas, no material didático utilizado, enfim, deve haver um esforço concentrado para que a Educação seja, cada vez mais, uma Educação antirracista.

Dialogia: Quais os maiores desafios enfrentados para que a diversidade e as questões étnico-raciais sejam realmente contempladas no cenário educacional brasileiro?

Maurício Pedro da Silva: São muitos os desafios, mas podemos elencar alguns deles... Um dos maiores desafios, no campo da Educação brasileira, é, por exemplo, desfazermos determinadas ideias “fixas” que têm permeado nosso imaginário social, como a ideia de que vivemos numa democracia racial. Essa é uma mística que tem sobrevivido ao tempo, às estatísticas e às pesquisas acadêmicas, que procuram demonstrar o quanto esse conceito não passa de um mito criado por uma perspectiva equivocada da dinâmica social brasileira. Para aqueles que, até hoje, defendem a existência, no Brasil, de uma democracia racial, o fato de sermos uma sociedade miscigenada, de idolatramos determinados “heróis” negros que se destacaram na cultura ou no esporte, de desfrutarmos “pacificamente” de relações inter-raciais em diversos níveis de convivência gregária, de não reconhecermos o racismo como um dispositivo estruturador de nossa organização societária, tudo isso comprovaria a persistência, entre nós, desse tão famigerado mito. Contudo, bastam algumas estatísticas para que percebamos o quão falacioso é esse raciocínio e o quanto se faz das práticas racistas e discriminatórias um mecanismo subliminar de arbitragem social, tornando o preconceito um potente operador social, capaz que fraturar nossa estrutura social e agudizar distorções históricas: considerando dados de diversas fontes oficiais, entre os anos de 2017 e 2018, constatamos que o índice de alfabetização entre os negros é quase três vezes maior do que entre os brancos, que a renda per capita dos negros é praticamente a metade da dos brancos, que a taxa de conclusão do ensino superior entre os brancos é mais do que o dobro do que entre os negros, que o nível de desemprego entre os negros é mais de 14%, enquanto que entre os brancos não chega a 10%, que a representatividade política dos negros é substancialmente inferior que a dos brancos, que o grau de encarceramento dos negros é mais que o dobro que o dos brancos, que 75% das mortes ocorridas em ações policiais são de negros... enfim, parece que esses dados

Maurício Pedro da Silva

desmentem a existência, entre nós, do mais ínfimo traço de democracia racial. É muito difícil desfazer todo esse imaginário, que os alunos já trazem consigo para a escola, mas que a escola também contribui, às vezes, para reforçar. Outro grande desafio é fazer cumprir a lei, no âmbito da prática educativa, e o exemplo mais notório disso é o fato de a lei 10.639, que interfere diretamente no artigo 26 da LDB, obrigando o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas, não ter sido, ainda, contemplada satisfatoriamente, e isto depois de quase duas décadas de sua aprovação. Pesquisas revelam, por exemplo, que boa parte dos professores e alunos dos cursos superiores destinados à atuação pedagógica sequer conhece a existência desta lei. São, portanto, muitos os desafios da Educação brasileira no que tange às relações étnico-raciais.

Dialogia: Você acredita que a nossa Educação possa alcançar níveis mais elevados em relação a outros países no que tange à diversidade e às questões étnico-raciais?

Maurício Pedro da Silva: O Brasil tem tudo para ser um país em que a Educação desempenhe um verdadeiro protagonismo nessa área. Temos uma legislação que tem sido aperfeiçoada continuamente, vivemos uma grande demanda reprimida por cursos superiores que formam professores e educadores, temos assistido ao ingresso, cada vez maior (embora ainda insuficiente) do alunado negro – comprometido com demandas de natureza étnica e pautas identitárias – no ensino superior, enfim temos grande potencial para nos tornarmos até uma referência internacional no trato das questões étnico-raciais pela Educação, mas, infelizmente, carecemos, ainda, de um empenho político ainda maior do que aquele a que temos assistido. É preciso educar nossa Educação, e mostrar aos gestores, aos educadores, aos alunos, a toda uma cadeia produtiva direta e indiretamente vinculada aos processos e às instituições educativas (formadores, editores, pesquisadores, proprietários de escolas e instituições educativas etc.) as vantagens de uma sociedade pautada pela igualdade racial, pela diversidade cultural e pela justiça social. Como um país que concentra um dos maiores contingentes populacionais de afrodescendentes do mundo, o Brasil precisa encontrar, urgentemente, seu caminho para uma efetiva e real distensão étnico-racial, e esse caminho, a meu ver, só pode ser construído pela Educação.

Dialogia: Qual o tipo de formação mais adequada para se preparar professores e gestores escolares para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico significativo em prol de uma formação de crianças e jovens mais conscientes da necessidade de um olhar mais atento para a Diversidade e Questões Étnico-Raciais na escola e sociedade?

Maurício Pedro da Silva: Não há um único tipo de formação, devendo haver um esforço concentrado de todos os entes envolvidos no processo educativo. A educação vive de um ciclo reprodutivo complexo e infinito: o professor forma-se numa faculdade ou universidade e ensina à criança aquilo que aprendeu (não quero entrar aqui no mérito da discussão que os atos de “ensinar” e “aprender” pressupõem, com todas suas implicações políticas); a criança reproduz aquilo que aprendeu na escola e, quando adulto, ao ingressar numa faculdade ou universidade, trará consigo uma “bagagem” formativa que foi sendo construída ao longo da vida escolar; ao se tornar, ele mesmo, um novo professor, tenderá a reproduzir, mais uma vez, muito do que aprendeu durante essa trajetória... isto, evidentemente, não é uma “receita”, que funciona como um mecanismo determinista e absoluto... mas o que quero dizer é que, em algum momento dessa cadeia reprodutiva, deve haver um empenho para que se constitua um outro olhar sobre a realidade e se produza algo novo... esse “algo” tem a ver como o reconhecimento de uma sociedade isenta de uma outra “cadeia” mais perversa e deletéria: aquela que começa pela estereotipia, passa pelo preconceito, pela discriminação e pela segregação, até chegar ao genocídio da população afro-brasileira e dos povos originários. Portanto, acredito que a melhor formação para professores e

Maurício Pedro da Silva

gestores é aquela capaz de fazê-los olhar para o seu entorno e perguntar: o que eu posso fazer para tornar a sociedade brasileira efetivamente igualitária do ponto de vista étnico-racial? O que eu tenho a aprender com os povos originários e com a população afrodescendente?

Dialogia: Que mensagem enviaria, nos dias de hoje, para os educadores em exercício?

Maurício Pedro da Silva: Entre as muitas mensagens que poderiam ser dadas, opto por citar uma passagem do educador afro-americano Molefi Asante, que em seu livro *Revolutionary Pedagogy* (2017) afirma: “se você não pode ensinar crianças provenientes das áreas mais desvalorizadas das cidades, então você não deveria se considerar um professor. Muita gente que se considera professor tem pouca dificuldade em ensinar crianças provenientes de sua própria base socioeconômica e origem racial; mas o verdadeiro desafio é quando você tem que ensinar crianças que não pertencem à sua comunidade e não compartilham de seus valores”.

Obrigada!